Euro: do erro de Maastricht à saída necessária

Autor(es): Teixeira, Octávio

Publicado por: Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra

URL persistente: URI:<http://hdl.handle.net/10316.2/39875>

DOI: DOI:https://doi.org/10.14195/0870-4260_57-3_25

Accessed : 26-Apr-2023 15:50:12

A navegação consulta e descarregamento dos títulos inseridos nas Bibliotecas Digitais UC Digitalis, UC Pombalina e UC Impactum, pressupõem a aceitação plena e sem reservas dos Termos e Condições de Uso destas Bibliotecas Digitais, disponíveis em <https://digitalis.uc.pt/pt-pt/termos>.

Conforme exposto nos referidos Termos e Condições de Uso, o descarregamento de títulos de acesso restrito requer uma licença válida de autorização devendo o utilizador aceder ao(s) documento(s) a partir de um endereço de IP da instituição detentora da supramencionada licença.

Ao utilizador é apenas permitido o descarregamento para uso pessoal, pelo que o emprego do(s) título(s) descarregado(s) para outro fim, designadamente comercial, carece de autorização do respetivo autor ou editor da obra.

Na medida em que todas as obras da UC Digitalis se encontram protegidas pelo Código do Direito de Autor e Direitos Conexos e demais legislação aplicável, toda a cópia, parcial ou total, deste documento, nos casos em que é legalmente admitida, deverá conter ou fazer-se acompanhar por este aviso.

UNIVERSIDADE DE COIMBRA
FACULDADE DE DIREITO

BOLETIM DE CIÊNCIAS ECONÓMICAS

HOMENAGEM AO PROF. DOUTOR ANTÓNIO JOSÉ AVELÃS NUNES

VOLUME LVII Tomo III

2 0 1 4

Organizadores:

LUÍS PEDRO CUNHA
JOSÉ MANUEL QUELHAS
TERESA ALMEIDA

COIMBRA

EURO: DO ERRO DE MAASTRICHT À SAÍDA NECESSÁRIA

1. O Tratado de Maastricht significou uma profunda mudança qualitativa na construção da União Europeia, introduzindo alterações no equilíbrio de poder entre os Estados-nações e as estruturas supranacionais. Instituiu a União Económica e Monetária (UEM) provida de uma moeda única e, simultaneamente, alargou o âmbito de acção das instâncias supranacionais para matérias extraeconómicas.

Foi a própria concepção da construção da então Comunidade Económica Europeia que foi profundamente alterada, passando-se de uma integração assente basicamente na transferência restrita de poderes no âmbito económico para uma integração que passou a abranger áreas políticas que se situam no cerne da soberania dos Estados e são definidoras da sua personalidade internacional.

Designadamente, e para além da própria extensão da integração económica às áreas monetária e orçamental, salientem-se a criação de uma “cidadania Europeia”, a adopção de uma “política externa e de segurança comum” — conduzindo, a prazo, a uma “defesa comum” — e a introdução de acções comuns no pilar da “justiça e dos assuntos internos”. Ultrapassando largamente, quantitativa e qualitativamente, a perspectiva da cooperação política Europeia assente no intergovernamentalismo, que decorria do Acto Único Europeu.

Na sua decorrência veio posteriormente a ser aprovado, designadamente, o Tratado de Lisboa que mais não é que o Tratado Constitucional entretanto rejeitado pelos povos soberanos em dois Estados-membros da União. O nome foi alterado mas no seu conteúdo, nos seus efeitos e nas suas consequências é exactamente o mesmo.

Na verdade, todos os elementos constitucionais de um Estado federal constam do Tratado de Lisboa. Designadamente, e para além dos já constantes no Tratado de Maastricht, os símbolos, o primado do direito da União sobre o direito dos Estados-Membros, a personalidade jurídica da União, o estabelecimento de uma política externa da União, a institucionalização do cargo de presidente do Conselho Europeu, o “chefe de Estado Europeu”, e a criação do cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros Europeu.

Ou seja, enquanto o Tratado de Maastricht constituiu um verdadeiro golpe de estado económico, político e institucional, o Tratado de Lisboa configurou-se como um golpe de estado constitucional.

O tema que aqui me ocupa é o da União Económica e Monetária (em particular da moeda única) e suas decorrências no âmbito económico e social, mas parece-me importante esta introdução mais geral porque seria errado separar a UEM do projecto de construção de uma união política Europeia de natureza federal.

2. Porque a razão nodal e determinante para a instituição da UEM foi de natureza essencialmente política, visando dar passos no caminho de um centralismo Europeu de sentido federalista. O que a UEM pretendeu evidenciar e tornar “irreversível” com a criação da moeda única foi a natureza federal da União. É essa orientação de sentido federalista que justifica a criação de uma moeda única, de um Banco Central Europeu com substanciais e insindicáveis poderes, bem como a imposi-

ção de regras e penalizações supranacionais vinculativas para os Orçamentos nacionais.

Unicidade monetária que subtrai aos Estados-membros a soberania em domínios centrais para a autonomia de gestão das opções e interesses nacionais no âmbito das políticas monetária e cambial, mas também das políticas económicas e orçamentais.

Um Banco Central Europeu todo-poderoso que não responde politicamente perante ninguém, que apenas deve obediência aos mercados financeiros internacionais, isto é, ao capital financeiro transnacional que domina e determina a evolução e os interesses desses mercados.

Unicidade monetária complementada com o “pacto de estabilidade”, o “pacto euro mais”, o “semestre Europeu”, o “tratado sobre a estabilidade, coordenação e governação da união económica e monetária” e outros, que realmente reduzem a quase nada a autonomia orçamental nacional e impõem, objectiva e subjectivamente, a redução das despesas públicas incluindo, e predominantemente, as de natureza social.

E se é possível estabelecer, nestas matérias, uma fronteira entre o “político” e o “económico”, dois grandes objectivos económicos da moeda única apresentam, ainda, características de índole basicamente política.

Um, embora nunca publicamente assumido, é o da competição com o dólar como moeda de reserva internacional na disputa do controlo dos mercados financeiros, sendo certo que esse objectivo se tem saldado por um fracasso. Por razões em que pesarão o poderio político-militar dos EUA no planeta e o peso dominante das transnacionais norte-americanas na economia mundial globalizada. Mas também por razões que têm a ver com as orientações determinantes definidas para a política monetária da UE e com grande fundamentalismo impostas pelo BCE, que travam o crescimento económico Europeu. Sem força e pujança económicas que a credibilizem,

não há moeda que se consiga impor como moeda de reserva internacional.

O outro objectivo, de natureza claramente ideológica e hoje já claramente assumido e constantemente repetido e subjacente à eleição da “estabilidade dos preços” como a prioridade única da política monetária, é o da redução dos custos unitários do trabalho visando aumentar a taxa de exploração do trabalho e garantir a sustentação das taxas de lucro. Fazendo recair sobre os salários e o emprego todos os custos de ajustamentos a choques económicos tendo por desígnio aumentar o “exército de reserva” para reduzir/eliminar direitos laborais e travar o crescimento dos salários.

Não há volta a dar-lhe. Definir a estabilidade dos preços como valor absoluto da política monetária no seio da União Monetária significa subalternizar quaisquer outros objectivos a prosseguir, designadamente os do crescimento económico, do bem-estar e da qualidade de vida dos cidadãos, do emprego, da coesão e outros económicos e sociais.

As referências — nos Tratados da União e no discurso político — que se fazem ao objectivo do crescimento, à necessidade de elevados níveis de emprego e de protecção social, de coesão económica e social, etc., são incapazes de esconder a realidade dos factos: tais objectivos, aparecendo como desejáveis, devem ser prosseguidos se e quando forem consentâneos com taxas de inflação e défices públicos tendencialmente nulos.

Dito de outro modo, no contexto da UEM da moeda única, a convergência real tem de se submeter sempre, mas sempre, à convergência nominal.

É uma opção própria das concepções conservadoras e neoliberais, das concepções monetaristas. Que desprezam, rejeitam mesmo, a actuação da política macroeconómica sobre o crescimento e o emprego, considerando que estes são exclusivamente resultado do funcionamento dos mercados, pelo

que a política macroeconómica não terá quaisquer efeitos sobre eles, a não ser na medida em que mantenha a estabilidade monetária.

3. Na perspectiva estritamente económica, a UEM com uma moeda única significou basicamente uma enorme irracionalidade. Ou, como escreveu Paul SAMUELSON, foi “o novo Titanic da experimentação económica”, para cujos resultados alertou: “Rezem para que, no novo século, os livros de história económica não relembrem a experiência do Euro como um erro trágico”.

Os resultados entretanto verificados, a nível económico e social, parecem não deixar dúvidas sobre esse erro.

Há cerca de 20 anos (desde 1993 com a orientação para a convergência nominal visando a participação no Euro) que a União Europeia se vem apresentando como um espaço económico de baixas taxas de inflação e défices orçamentais. Mas em contrapartida nesse período as taxas de crescimento económico na zona Euro foram fracas e decrescentes, registaram-se elevados e crescentes níveis de desemprego e cada vez é menor a protecção social dos cidadãos. (Por contraste, as taxas de crescimento de três economias da União que não integram a zona Euro — Dinamarca, Reino-Unido e Suécia — registaram evolução inversa, de aceleração do crescimento.)

E, como é evidente, com tão baixas taxas de crescimento económico, não se registaram reduções nas taxas de desemprego de longo prazo. Por acréscimo, temos vindo a assistir, por todo o espaço económico da União, à imposição de maior flexibilidade no mercado de trabalho, de mais facilidade para os despedimentos e a um decréscimo continuado e acentuado dos níveis de protecção social, num movimento acelerado de emagrecimento ou liquidação do chamado, e outrora enaltecido, “modelo social Europeu”.

Simultaneamente, e ao contrário do que era apontado como um dos efeitos positivos mais esperados da UEM e da moeda única, tem-se acentuado a divergência do nível de coesão das economias comunitárias. Nem sequer foram um factor de estabilidade face a turbulências financeiras e monetárias.

Estes e outros resultados eram expectáveis à partida, com o privilégio indevido concedido à política monetária em relação às outras políticas macroeconómicas e ao objectivo da estabilidade dos preços sobre os objectivos estruturais do crescimento, do emprego e da coesão.

Desde logo porque em qualquer economia a política monetária e a estabilidade de preços devem ser instrumentais das políticas económicas estruturais e dos objectivos do crescimento e do emprego, não o inverso.

E porque a criação da moeda única tentou ignorar a realidade: a existência no espaço Europeu de economias diferentes, com enormes disparidades ao nível dos estádios de desenvolvimento, dos stocks de capitais de investimento, dos índices de produtividade, das especializações produtivas, das taxas de emprego e de desemprego, das necessidades mais prementes. E visou impor a todas elas as mesmas taxas de câmbio e de juros, os mesmos saldos orçamentais, os mesmos objectivos e as mesmas prioridades. E como o desaparecimento do risco de câmbio facilita a especialização produtiva dos países em função das suas vantagens comparativas, isso teria de conduzir necessariamente à desindustrialização dos países periféricos em benefício dos países do centro, essencialmente a Alemanha.

Não se contesta a necessidade de, em todas as economias, serem prosseguidos objectivos de estabilidade financeira e monetária. Mas o problema que a UEM coloca é qualitativamente diferente: é a carência de racionalidade económica que lhe subjaz, ao tratar por igual o que diferente é.

A moeda única foi, de facto, um garrote que se abateu sobre as economias menos desenvolvidas impedindo-as de terem condições para crescerem mais rapidamente que as economias mais desenvolvidas, de reestruturarem adequadamente as suas estruturas produtivas e de promoverem o progresso social das suas populações, dos trabalhadores.

Como é notório no caso português.

Os efeitos nefastos do Euro sobre a economia portuguesa foram enormes, em particular a partir de 2002 quando foi seguido o rumo da sua revalorização permanente face ao dólar.

O aumento do preço do Euro degradou as nossas capacidades de exportação nos sectores em que a procura é mais sensível ao preço (o que se passa com a generalidade das nossas exportações) e aumentou pressão sobre as nossas empresas no mercado interno devido à baixa do preço em Euros dos produtos importados.

Teve consequências muito pesadas para as PME's (que dominam a nossa estrutura produtiva), quer pela perda de mercados para exportação, penalizando as empresas mais dinâmicas e inovadoras, quer pela redução das margens de lucro no mercado interno, reduzindo as suas capacidades de investimento e consequente competitividade futura e obrigando-as a endividarem-se acrescidamente fragilizando-as face aos bancos.

Acrescente-se que a sobrevalorização do Euro jogou um papel não negligenciável na perda de atractividade do país em benefício de países onde os custos do trabalho são mais baixos, tendo tido um papel importante no movimento de deslocações de empresas a que se assistiu.

E destas evoluções ao nível das empresas decorreu um persistente efeito de pressão para a baixa relativa das remunerações que para além dos efeitos sociais teve impactos negativos sobre a procura interna, contribuindo ainda mais para fazer baixar o crescimento da economia portuguesa.

Tudo isto levou à desindustrialização do país, ao agravamento dos défices externos, aos enormes endividamentos externo, das empresas e do Estado, à prática estagnação do crescimento económico e a períodos de recessão.

Ou seja, a pertença à zona Euro não só agravou os grandes desequilíbrios como teve um enorme impacto sobre a estrutura do aparelho produtivo. A moeda única teve efeitos estruturais à escala macro como à escala micro.

Como o reconheceu o próprio (a este respeito insuspeito) FMI, a propósito do pedido de resgate de 2011:

“os desequilíbrios económicos de Portugal têm aumentado consideravelmente desde a sua entrada na área Euro. A queda significativa das taxas de juro associada à adopção do Euro impulsionou os sectores não-transaccionáveis e causou uma significativa valorização real, criou grandes desequilíbrios orçamentais e externos e baixou a poupança”.

Estes factos reais mostram que, independentemente dos erros cometidos pelos diversos Governos, os constrangimentos ditados pela moeda única e pela política monetária única impediram, e impedem, que Portugal possa ter um crescimento económico equilibrado e sustentado a ritmos elevados, que nos permita convergir para a média das economias Europeias.

Realidade que se agrava com os constrangimentos impostos pelos “pactos” orçamentais, que impossibilitam ou penalizam a aplicação de políticas orçamentais de relançamento da economia em fases de recessão económica. Quando, para o efeito, na ausência de autonomia para depreciarem a moeda ou baixarem as taxas de juro, esse é o único instrumento de que o Estado se poderia socorrer.

4. É hoje indisfarçável que a UEM, com a moeda única e os fortes e complementares constrangimentos ditados pelos

famigerados “pactos” e “semestres”, mete água por todos os lados e ameaça o naufrágio de economias Europeias.

Diferentemente do que pretende fazer crer a opinião oficial dominante, a crise actual da zona Euro não é uma crise das dívidas soberanas. Essa tese, repetida até à exaustão, tem por objectivo justificar a prioridade à redução dos défices orçamentais e da dívida pública através da imposição de políticas ditas de ajustamento à maioria dos países Europeus e, em particular e de forma brutal, aos países do sul, aos pobres e incompetentes países “periféricos” ou “pigs”.

A crise da zona Euro é, de facto, uma crise estrutural decorrente das diferenças de competitividade acumuladas pela impossibilidade, a partir da implementação da moeda única, de as compensar através de desvalorizações cambiais. O que se traduziu por défices crescentes das balanças comerciais, designadamente em relação à Alemanha, o grande beneficiário do Euro forte, do novo “marco alemão”. Défices que foram potenciados pela elevada e permanente revalorização do Euro face ao dólar a partir de 2002, porque beneficiou as exportações de países exteriores à zona Euro. Recordando que a cotação do Euro face ao dólar passou de 0,95 em 2002 para 1,31 em média anual nos onze anos seguintes (+40%!) — por “coincidência” a taxa de equilíbrio para a Alemanha — é fácil concluir dos efeitos desastrosos sobre a competitividade dos países Europeus do sul face aos restantes países do mundo e da real impossibilidade de compensar esta espiral de revalorização da sua moeda. E tenha-se presente que o Euro “caro” faz parte do ADN da sua existência para tornar mais baratas para as multinacionais europeias as aquisições de empresas e as aplicações financeiras no exterior da União Europeia.

Mas os directórios da União Europeia, por razões ideológicas, recusam-se a *ver*. Enveredam por processos de fuga para a frente que crescentemente põem em causa a viabilidade eco-

nómica de países. As políticas de austeridade levam ao recuo na procura interna e à recessão induzida, ao aumento das falências de empresas, à degradação da situação dos bancos, ao aumento das taxas de juro e à consequente redução do investimento. Em consequência, as capacidades de produção industrial diminuem nesses países. Ou seja, a concentração da indústria nos países do centro e a desindustrialização dos países periféricos amplificam-se, condenando estes últimos à estagnação económica e ao empobrecimento.

Fugas que penalizam cada vez mais os trabalhadores — pela via dos salários, das reformas e da precariedade no trabalho — aumentam o número de jovens e menos jovens que não encontram emprego e reduzem permanentemente os níveis de protecção e solidariedade social. E que resultam sempre em novas e graves ofensivas antissociais contra os trabalhadores e os pensionistas, instituindo a austeridade como regra permanente e com assento constitucional.

Paralelamente, omitem e impedem aquilo que deveria ser o essencial e prioritário: a criação de condições favoráveis ao crescimento económico e ao aumento da produtividade, o aumento do emprego e o progresso social. E assim sendo, sem crescimento económico, aos países mais afectados pelos desequilíbrios externos e pela dívida externa é imposta a sua redução através de programas de austeridade draconianos, prolongados no tempo, o que implica graves retrocessos sociais e a ausência de perspectivas dignas para os cidadãos, em particular para as gerações mais jovens.

5. Impõe-se inverter a deriva neoliberal da construção Europeia cujo auge (até agora) foi atingido com o Tratado de Lisboa, o que exige uma luta política e ideológica de longo prazo. Mas é urgente alterar profundamente a actual estrutura da zona Euro.

Teoricamente vêm sendo apresentadas três hipóteses.

A primeira seria a do “aprofundamento da integração”, o que significa avançar aceleradamente para o federalismo. Essa alternativa não o é de facto.

Do ponto de vista económico o federalismo não resolve as questões de fundo. Um aumento substancial do orçamento federal não alteraria as profundas diferenças existentes ao nível das estruturas e das especializações produtivas, como se constata nas federações existentes. Particularmente não conduziria à industrialização dos países menos desenvolvidos em produtos de tecnologia mais elevada. De facto, continuaria a aumentar as divergências estruturais hoje existentes, nomeadamente entre os países/regiões do “norte” e os do “sul”.

Na perspectiva política seria a transferência massiva da soberania da generalidade dos países da União para a Alemanha. Porque nesse cenário a “regra de ouro” seria a de que quem dispõe dos recursos financeiros a “redistribuir” é quem decide politicamente.

E democraticamente uma tal decisão teria de ser submetida, e desta vez incontornavelmente, à decisão de todos os cidadãos dos países da União Europeia. E não se antolha credível que esses cidadãos, com séculos de história e culturas diferentes, lhe dessem o seu acordo.

A segunda hipótese é a da manutenção da zona Euro actual e da moeda única, mas com profundas alterações. Desde logo, a dos estatutos do BCE, impondo-lhe como orientação prioritária o crescimento económico e do emprego com uma inflação sustentável e tornando-o politicamente responsável perante o Conselho Europeu e, eventualmente, o Parlamento Europeu. Depois, admitindo a possibilidade de monetarizar a emissão de dívidas públicas no âmbito da zona. E ainda a instituição de um orçamento Europeu bastante maior de forma a poder compensar as divergências estruturais e os choques conjunturais assimétricos que afectam os Estados

membros e a liberdade para qualquer Estado compensar um choque conjuntural com um nível de défice público adequado.

A situação melhoraria. Mas, do meu ponto de vista, isso também não resolveria os problemas de fundo. Os benefícios seriam transitórios e insuficientes porque não alteram o facto essencial de continuarmos a ter uma taxa de câmbio sobrevalorizada para a maioria dos países europeus, implicando défices e dívida externos permanentes e elevados, taxas de crescimento irrelevantes ou recessão, desemprego elevado, níveis de vida cada vez mais baixos. Porque a existência de fortes heterogeneidades económicas na zona implica que as taxas de inflação, cambiais e de juros adequadas, sejam sensivelmente diferentes para cada país. E ter isso em consideração no âmbito de uma moeda única não é possível. Ou, se o fosse, induziria distorções que, sendo insuportáveis a prazo, tenderiam a gerar novas crises do Euro e na zona.

A terceira hipótese, aquela que considero ser a única alternativa válida e consequente, consiste em pôr fim ao Euro como moeda única. Aliás, o Euro parece condenado a desaparecer, quer pelos seus impactos económicos e sociais de longo prazo quer pela crise financeira actual.

Isso pode passar por uma dissolução da zona Euro e o regresso às moedas nacionais para todos os países, sem mais. Mas parece-me que haveria vantagem em preservar o princípio duma coordenação monetária dos países que a queiram subscrever. O que significa uma alteração da arquitetura da zona Euro, substituindo o Euro “moeda única” pelo Euro “moeda comum”, em relação à qual as moedas nacionais seriam convertíveis na base de uma taxa fixa ajustável regularmente de acordo com a evolução dos saldos correntes externos estruturais. Só essa moeda comum seria convertível para moedas fora da zona Euro, nesse sentido se distinguindo do sistema monetário Europeu que vigorou entre 1992 e 1999. E essa nova arquitetura permitiria que alguns países,

economicamente mais homogêneos, pudessem manter o Euro como moeda única. Teríamos um sistema monetário coordenado à escala da União Europeia mas suficientemente flexível para permitir aos países membros recuperarem o grau de soberania monetária necessário à concretização de políticas de pleno emprego, e uma zona de maior estabilidade monetária.

6. Independentemente da evolução do Euro, para Portugal o abandono da moeda única é a melhor solução porque a única capaz de nos permitir um futuro.

Como já referi anteriormente, a crise profunda com que nos confrontamos decorre da acumulação de perdas de competitividade ao longo dos últimos 12 anos. Essas perdas de competitividade resultam da estrutura produtiva que temos, negativamente bastante diferenciada das estruturas da maioria dos países da zona Euro, mas que se viu sujeita às mesmas regras e políticas aplicadas às estruturas produtivas mais desenvolvidas.

Devido à impossibilidade de compensar essas perdas de competitividade através de desvalorizações da moeda, isso resultou num agravamento do já crónico “nó górdio” da economia portuguesa, o défice da balança corrente, com o consequente aumento acelerado da dívida externa, privada e pública. É aqui que reside a origem da crise.

Por isso a saída desta profunda e grave crise tem de ter como questão central e essencial a ultrapassagem desses desequilíbrios externos. Não através da redução das importações decorrente da diminuição do poder de compra da população como estamos a assistir, mas sim pela via do aumento da produção nacional suficientemente competitiva para aumentar exportações e substituir importações.

Ou seja Portugal tem necessariamente de fazer uma forte desvalorização para conseguir recuperar da crise em que está afundado.

E só existem duas formas de o fazer: ou através da desvalorização interna ou pela via da desvalorização cambial.

A desvalorização interna que está a ser seguida significa basicamente impor todo o seu peso sobre os trabalhadores, através da deflação salarial prolongada no tempo, do insuportável aumento do exército de reserva dos desempregados e da liquidação dos direitos laborais.

De novo o “insuspeito” FMI também a este respeito é claro:

“Restaurar a competitividade por meio de desvalorizações internas revelou-se ser um difícil compromisso com muito poucos sucessos (...) Mesmo que muitas destas condições (necessárias) se verifiquem, a desvalorização interna será necessariamente um processo doloroso. Apesar das profundas reduções nominais dos salários e pensões, depreciações da taxa de câmbio efetiva real têm sido normalmente modestas devido a limitada repercussão nos preços (...) Finalmente, a deterioração frequentemente observada na qualidade de ativos e em grandes aumentos do crédito mal parado sugerem que os efeitos de balanço não estão limitados à desvalorização cambial — eles apenas se materializam mais lentamente no processo de desvalorização interna, com os rendimentos a caírem mas o serviço da dívida não.”

Para além do mais, esta solução não resolve o problema central do crescimento nem o do endividamento público e externo. Conduz, isso sim, ao empobrecimento permanente e à regressão social.

A única solução que surge como viável é a da desvalorização cambial, o que significa a opção claramente assumida pela saída do Euro.

E é a melhor solução por várias razões essenciais: com a consequente desvalorização da nova moeda, permite recuperar a competitividade necessária para fundamentar o necessá-

rio aumento da produção nacional e a redução do desemprego e para evitar o permanente aumento da dívida externa; cria as condições para a efectiva e adequada reindustrialização do país; a perda de poder de compra face ao exterior associada à desvalorização cambial será distribuída por todos os tipos de rendimentos e não suportada exclusivamente pelos salários; e permite eliminar a pressão que o Euro exerce sobre os salários, o desemprego e a precariedade e prosseguir uma política económica que assuma como prioridades o desenvolvimento e o bem-estar dos cidadãos.

É certo que existem custos associados à recuperação da soberania monetária e consequente desvalorização da moeda para uma paridade próxima da taxa de equilíbrio para a nossa economia. Mas esses custos que são bastante menores que os muitas vezes propagados e, principalmente, menores que os decorrentes da desvalorização interna e com a grande e determinante vantagem de permitirem uma saída da crise profunda em que estamos atolados. E são custos de muito curto prazo que comparam favoravelmente com os da agonia muito prolongada (20 a 30 anos) da desvalorização interna e permanência no Euro.

Tal como se podem antever dificuldades políticas. Mas, mais uma vez, essas dificuldades são menores do que as colocadas quer pela via do federalismo quer pela da ruptura com as orientações político-ideológicas que têm norteado a construção europeia.

Em suma, do meu ponto de vista o debate necessário não é sobre se devemos sair do Euro mas sim sobre a melhor forma de o fazer.

Mas uma advertência se impõe: a saída do Euro sendo uma condição absolutamente necessária não é suficiente, não é um fim em si mesma. Embora já fosse significativa porque o Euro actual é instrumento essencial do projecto neoliberal em que estamos atolados e onde não há uma perspectiva de

progresso social. A saída do Euro e a criação da nova moeda tem de inserir-se, e dela é instrumento essencial, numa alteração da política macroeconómica e de reindustrialização do país. Só assim ela terá todos os efeitos pretendidos pelos que, como eu, defendem a saída do Euro e a recuperação da soberania monetária.

Resumo: A instituição da UEM e do Euro-moeda única politicamente visou uma União de natureza federal. Socialmente pretendeu garantir o aumento da taxa de exploração do trabalho e a sustentação das taxas de lucro. Economicamente significou uma irracionalidade.

Foi prometido que a União Monetária traria a convergência dos países. Mas o que vemos é que vários membros da zona sofrem uma escassez crónica da procura agregada, altos níveis de desemprego e agravamento das dívidas privada e pública, enquanto outros países desfrutam de excedentes da balança corrente, em parte como resultado direto da perda de competitividade dos membros mais fracos.

A tentativa de reduzir o peso da dívida e recuperar a competitividade através da austeridade, reduz a procura, o PIB e os salários, aumenta o desemprego e a dívida, não baixa sustentadamente o défice do sector público.

Portugal tem elevadas dívidas pública e privada, é um país insolvente. A renegociação da dívida é uma solução apenas parcial porque a taxa de câmbio continuará sobrevalorizada. Portugal necessita de uma depreciação da taxa de câmbio para conseguir o equilíbrio externo, o pleno emprego e o desenvolvimento económico e social.

Permanecendo no Euro, Portugal continuará a suportar o fardo da austeridade e condenado à recessão ou baixo crescimento. Por isso a solução é sair da zona-Euro e desvalorizar a moeda.

Palavras-chave: UEM, moeda única; austeridade; desemprego; desvalorização; saída da zona-Euro.

Euro: from the Maastricht mistake to the necessary departure

Abstract: The establishment of EMU and the Euro single currency, endorsed at the political level a Union federal in nature. At the social level, it intended to ensure the increased rate of exploitation of the work and the maintenance of profit rates. At the economic level, it meant an irrationality.

It was promised that monetary Union would bring about the convergence of countries. But what we see is several zone members suffering chronic shortage of aggregate demand, high levels of unemployment and deterioration of private and public debts, while other countries have current account surpluses, in part the direct result of the loss of competitiveness of the weakest members.

The attempt to reduce the debt burden and regain competitiveness through austerity, reduces demand, GDP and wages, increases unemployment and the debt, does not lower consistently public sector deficit.

Portugal has accumulated a large external debt, unsustainable with a currency that cannot devalue.

Portugal has high public and private debt; it is insolvent. Rescheduling of debt is only a partial solution, because the exchange rate will continue to be overvalued. Portugal needs a depreciation of exchange rate to achieve external balance, full employment and economic and social development.

Staying in the euro Portugal will continue to bear the burden of austerity and doomed to contraction or low growth. So the solution is to leave the Euro-zone and devalue the currency.

Keywords: EMU; single currency; austerity; unemployment; devaluation; departure from the Euro-zone.

Octávio Teixeira

Antigo Deputado do Partido Comunista Português (PCP)